

Noções de Cultura

Introdução às Noções de Cultura

Raymond Williams afirma que “culture is one of the two or three complicated words in English language”. O mesmo ocorre na polissémica “cultura” na Língua Portuguesa. A problematização da noção de cultura é essencial para a compreensão do modo como as sociedades modernas funcionam e, assim, devemos refletir sobre as diferentes formas como a palavra tem sido e é utilizada.

A partir do século XVIII, a noção de cultura associou-se particularmente ao progresso espiritual e moral da humanidade. A este conceito de cultura está inerente uma ideia de processo, com um produto final. O termo “cultura” é utilizada para designar produtos concretos (ópera, livros, etc). as “culturas de massa” liga-se a jornais, filmes, etc. No entanto, a partir do século XIX, com o crescimento dos estados nações e interesse pelo folclore, tornou-se necessário passar a falar de “culturas”, no plural, de modo a distinguir culturas específicas de diferentes nações, e também entre as culturas dos diferentes grupos socioeconómicos dentro de uma nação. A Antropologia estabeleceu-se no início do século XX, com o seu ramo da Antropologia Cultural, genericamente encarada como sendo o estudo comparativo dos povos ditos “primitivos”, em que a cultura é definida como sendo a forma de vida de uma determinada comunidade. Encontra-se, então, três categorias gerais de definição de cultura em uso simultâneo:

- Cultura enquanto “civilização”, objeto de estudo da Antropologia
- Cultura erudita, arte
- Cultura social, “a social way of life”

Cultura e Civilização

O conceito de “civilizado” estabelece uma dicotomia com o conceito de “selvagem” e recorda a missão imperial de “levar civilização a outros povos”. Esta realidade implica invariavelmente a existência de um “superior” e de um “inferior”, de um culto e de um inculto.

“A busca da perfeição”, para Matthew Arnold, é uma cruzada moral, intelectual e espiritual. As oportunidades de alcançar a perfeição devem estar ao alcance das “massas rudes e desinteressadas da humanidade”. Na sociedade industrializada do século XIX, Arnold crê que é dever daqueles que já possuem “cultura” assegurar que esta seja transmitida às massas, que correm o perigo de receber alimento espiritual inferior como, por exemplo, aquele que é veiculado pela “literatura popular comum”.

Matthew Arnold acreditava, devido ao contexto da sua época, que a mecanização, a urbanização e o liberalismo económico iriam conduzir inevitavelmente à falência moral da sociedade, que acabaria por cair em anarquia. A cultura que a educação oferecia seria a solução para essa ameaça pois iria gerar aspirações morais e espirituais a conhecer “o que de melhor se sabe e pensa no mundo”. Para Arnold, ser culto significaria ter familiaridade com aquele conjunto de conhecimentos – filosofia, literatura, música, pintura – que classificava como sendo “o melhor”. Em *Culture and Anarchy*, a cultura, entendida como processo de humanização, confunde-se com os produtos através dos quais essa humanização será alcançada.

A ideia de que “o que de melhor se sabe e pensa no mundo” deve ser acessível a todos. A perspectiva de Arnold restringe a cultura à instrução escolar e às artes. Ou seja, a cultura erudita (‘elevada’) estabelece uma oposição com a cultura popular ou de massas. As teses de Matthew acerca dos benefícios de certas formas de cultura tiveram grande influência nas políticas educativas do século XX e ainda persistem atualmente em muitas discussões acerca das formas de expressão cultural que a sociedade deverá valorizar e promover, geralmente associadas à cultura erudita.

Cultura de Massas, Cultura Popular e Folclore

Na sequência das teses de Arnold acerca da cultura, o debate em redor da questão da “cultura d massas” prolongou-se durante quase todo o século XX. As tecnologias descobertas no início do século XX geraram novos meios de comunicação que, em resultado da escolaridade obrigatória cada vez mais disseminada, obtinham um número crescente de leitores e de público alfabetizado. Estes meios produziam produtos culturais para um mercado de consumidores em franca expansão, o que preocupou aqueles que acreditavam nos efeitos civilizadores da cultura erudita (Arnold).

Em *Fiction and the Reading Public*, D. Q. Leavis defendia que a leitura de ficção popular era “uma forma de toxicoddependência que podia levar ao hábito de fantasiar, o que causaria um desajuste com a vida real”. F. R. Leavis, em *Mass Civilization and Minority Culture*, atacava o cinema, porque os “filmes sujeitavam o espectador à recetividade hipnótica de apelos emocionais básicos”. O conceito de cultura implicava a distinção entre (verdadeira) cultura e cultura de massas, uma dicotomia na qual o segundo termo significava sempre uma forma de cultura inferior e sem qualquer fundamento intelectual, associada à influência nefasta das industria mediáticas dos EUA

A seguir à 2ª Guerra Mundial, existiam debates sobre os inimigos no interior da própria sociedade. Temia-se que a cultura de massas fosse utilizada para a divulgação de ideologias “antiamericanas”. Vivia-se forte conservadorismo. Consenso cultural repressivo, segregação social, subalternização da mulher, perseguições políticas. Este consenso colapsou nos anos 60 – libertação dos negros, emancipação da mulher, contestação à Guerra do Vietname e todas as contraculturas emergentes nos anos 60/70.

Na Europa, em contestação ao consenso cultural, vive-se o maio de 68, a Primavera de Praga. Em Portugal, convulsões estudantis em 69 e agonia do regime ditatorial anunciam a revolução de 74.

No contexto histórico da segunda metade do século XX, o norte americano Dwight Macdonald, em *Mass Culture: The Popular Arts in America*, estabelece uma dicotomia passível de interpretação política, entre a cultura de massas e a chamada *folk art*, compreendida aqui como expressão genuína da cultura popular. Para aqueles que, como MacDonald, lamentavam o efeito manipulador da cultura produzida com intuítos comerciais, os indivíduos das modernas sociedades industrializadas eram considerados seres fragmentados, atomizados e alienados do sentido de comunidade que, em tempos, lhes conferira uma sensação de entidade e pertença.

Em Portugal, assistia-se a uma estratégia de construção e utilização politico-ideológico do chamado ‘folclore’, sinónimo de tradições populares e as suas manifestações. Com efeito, o Estado-Novo adotou uma postura redentora e regeneradora da nação, assumindo a missão de resgatar a raça portuguesa do alegado decadentismo dos períodos liberal e republicano. A cultura

popular e tradicional, idealizada na sua versão folclórica, seria a solução ideal para a reorganização da sociedade.

Para MacDonald, “a grande quantidade de pessoas incapazes de se exprimir enquanto seres humanos” parece condenada à aceitação narcotizada da cultura de massas”.

McDonald, por seu lado, parece ter pouca esperança em que as pessoas consigam resistir ao papel de consumidores passivos dos todo-poderosos *mass media*, suas imagens e estereótipos.

Os perigos do progresso e do bem-estar material, inimigos de uma indeterminada riqueza moral e histórica e alimento da alma nacional, encontram-se sintetizados no discurso de António Ferro, aquando da entrega do Galo de Prata à “Aldeia mais Portuguesa de Portugal”.

O inimigo visado é a industrialização da arte popular, imagem metonímica dos “povos materialistas” de António Ferro. A arte é o povo e vice-versa e há que defender todo o custo a pureza e a imutabilidade de ambos. As origens míticas espelhadas diretamente na tradição ilustram “o sentido da lusitanidade, que é própria e pura alma da Nação”. Defender esse território espiritual acaba por ser sinónimo de defesa do próprio território nacional, das fronteiras da alma lusitana. O determinismo étnico da cultura está em sintonia com as ideologias em voga na Europa na década de quarenta.

Na atualidade, a aplicação da noção de ‘cultura popular’ à realidade portuguesa contemporânea terá sempre de ter em conta dois significados possíveis:

- Cultura popular enquanto ‘folclore’; uma cultura regional, tradicional, cujas manifestações são produzidas pela comunidade e para a comunidade, sem fins lucrativos primordiais; ligada à economia de subsistência no mundo rural e piscatório e ao sector primário da economia.
- Cultura popular enquanto cultura de massas; uma cultura globalizada, cujas manifestações são produzidas por empresas/industrias com recurso às mais diversas tecnologias, com a finalidade de obtenção de lucro, independentemente da participação da comunidade/individuo a que se destina; ligada ao consumo, ao supérfluo, ao lazer e aos setores secundário e terciário da economia.

O debate teórico-político sobre a cultura popular tem um momento marcante no ano em que o britânico Richard Hoggart publica *The Uses of Literacy: Aspects of working – clãs life with special reference to publications and entertainments*, no qual defendia – numa perspetiva ainda próxima de Dwight MacDonald – que a classe trabalhadora urbana da sua infância estava a ser destruída pela cultura de massas norte-americana.

Contudo Hoggart admite que, apesar da fragmentação da moderna vida urbana, as “pessoas sem tendências intelectuais” podem “tornar-se mais sábias à sua maneira/pelos seus próprios meios”, se se mantiverem a salvo das tentações da “cultura de massas”. Já MacDonald diz que “a grande quantidade de pessoas incapazes de se exprimir enquanto seres humanos” parece condenada à aceitação narcotizada da cultura de massas”. Apesar de Hoggart se preocupar com os possíveis efeitos nocivos da cultura de massas sobre a classe trabalhadora britânica, concede-lhe, porém, capacidade de discernimento e inteligência. Por seu lado, MacDonald parece ter pouca esperança em que as pessoas consigam resistir ao papel de consumidores passivos dos todo-poderosos *mass media*, as suas imagens e estereótipos.

Hoggart defende que a classe trabalhadora urbana britânica desenvolveu formas culturais próprias, através das quais podia exprimir-se num determinado momento histórico e que essas formas estariam em risco de desaparecer.

Definições Sociais de Cultura

Em *The Long Revolution*, Raymond Williams esboça uma teoria da cultura que tenta ligar estas duas definições (“A general processo of intelectual, spiritual and aesthetic development” e “The works and practices of intelectual and especially artistic activity”) com a terceira: “A particular way of life, whether of a people, a period, a grou por humanity in general”. Williams chama-lhe “uma definição social da cultura”

Na definição de Raymond Williams, a cultura é um sistema de expressão de significados e ideias, não só através da arte e da aprendizagem escolar, mas também através dos comportamentos normais do quotidiano comum.

Palmas;
Assobios;
Piscar de olho;
Aliança;
Formas de saudação e cumprimento;
Vestuário (traje académico, hábito, farda, luto, cerimónias);
Códigos comportamentais em diferentes espaços (sala de aula, café, concerto, cinema).

Isso romp com a definição de cultura de Matthew Arnold e apresenta a cultura como um fenómeno mais lato e inclusivo. Para Williams, a análise cultural pretende identificar os significados que se exprimem não só na arte e no conhecimento, mas também no comportamento comum, nas estruturas familiares e nas instituições sociais, entre tantos outros factores.

Raymond Williams defende que o significado concedido aos objetos físicos e aos conceitos abstratos não é inerente, mas advém antes da forma como estes são utilizados por um determinado grupo ou sociedade, num certo momento e contexto.

- Símbolos de estatuto;
- Moda;
- Sexo;
- Religião;
- Moral;
- Respeito;
- Relação de gerações;
- Família.

Contudo, significados diferentes em co-presença podem gerar conflitos, que se exprimem em comportamentos e práticas concretas.

- Igreja como local de culto ou como atracção turística;
- Comer carne de porco (cristãos vs. judeus e muçulmanos);
- Descobrir o cabelo/rosto/corpo;
- Jejum na 4ª feira de cinzas e abstinência à 6ª feira (católicos praticantes vs. não praticantes, não religiosos, demais religiões).

Assim se depreende que os diversos significados, mais ou menos complexos, atuantes numa cultura nteragem com os comportamentos e as práticas concretas dos atores sociais.

Williams, em *The Long Revolution*, desenvolve a ideia de que “a cultura é comum”, enquanto traça mais claramente o papel do investigador e do teórico da cultura. Não procura avaliar nem comparar, mas antes descobrir as ‘leis’ atuantes. O grupo ou sociedade devem partilhar certos valores e atitudes que Williams designa por “estruturas de pensamento”. Ele considera que são essas “estruturas de pensamento” que possibilitam a comunicação pois, se não partilhassemos certas formas comuns de compreender o mundo, seria muito difícial comunicar.

Práticas Significantes e Códigos Culturais

Uma definição contemporânea de cultura poderá ser “a produção e circulação de significados”, isto é, os processos através dos quais a cultura é produzida e que formas assume, mais do que as simples “estruturas de pensamento” e formas de vida que estas revelam.

A cultura não será tanto um conjunto de produtos mas antes um processo, um conjunto de práticas. A cultura está ligada à produção e ao intercâmbio de significados, entre os membros de um grupo ou sociedade (quando se diz que duas pessoas pertencem à mesma cultura, é dizer que interpretam o mundo de sorma semelhantes). Assim, a cultura depende do modo – necessariamente aproximado, mas não idêntico – como os seus participantes interpretam o mundo e os acontecimentos em seu redor.

A importância dos “significados comuns” não impede que em qualquer cultura exista uma grande diversidade no modo como se interpreta ou representa qualquer tópico. E a noção de cultura implica sentimentos e ligações afetivas, tanto quanto conceitos e ideias. Os códigos culturais organizam e regulam as práticas sociais, influenciam a nossa conduta e, por consequência, têm efeitos práticos muito reais.

Stuart Hall afirma que os membros da mesma cultura devem partilhar imagens, conceitos, ideias que lhes permita interpretar o mundo mais ou menos da mesma forma. Devem partilhar ‘códigos culturais’, ‘códigos linguísticos’. Os elementos-sons, palavras, gestos, roupas, são importantes pela sua função, eles significam, operam como símbolos. Sinais que representam os nossos conceitos, ideiasm de forma que os outros possam descodificar. A cultura distingue aquilo que é humano daquilo que é meramente biológico. Na atualidade, os estudos de Hall sublinha o papel fundamental do aspecto simbólico, que sustenta toda a vida em sociedade.

Cultura e Poder

Temos que avaliar a cultura a partir do seu papel na construção, manutenção e reprodução das estruturas e relações de poder. Uma determinada estrutura de pensamento tem implicações políticas, práticas, muito concretas e reais.

Se encararmos a cultura enquanto “produção e circulação de significados”, então é na cultura que se formam os discursos através dos quais um grupo social ou comunidade legitima o seu poder sobre outro grupo ou comunidade. Mas é também na cultura que o poder e seus discursos podem ser contestados e modificados.

Discurso e narrativa são termos muito próximos e significam genericamente as histórias que contamos e ouvimos contar. São estruturas narrativas simples e móveis, que André Lafevere analisa na sua teoria das grelhas textuais/culturais, baseada no pensamento de Pierre Bourdieu e seu conceito de ‘capital cultural’.

- Ascensão social
- Bons vs Maus

- Descobrimientos
- Camões e Lusiadas

Segundo Bassnett e Lefevere, culturas como a francesa, alemã e inglesa (e até portuguesa) utilizam grelhas textuais semelhantes, com ligeiras variações, pois são as grelhas que herdaram da antiguidade greco-romana, ao longo das vicissitudes comuns da história. Outras culturas, como a japonesa e a chinesa, têm grelhas textuais próprias e que não são comuns a outras culturas. Estas grelhas parecem ser mais profundas do que a linguagem. Ou seja, as grelhas textuais são criadas pelo ser humano, são construções históricas e contingentes. Parecem eternas só quando são interiorizadas pelos seres humanos de tal forma que lhes parecem naturais, inquestionáveis. Tal como a própria cultura

Edward Said, autor de *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*, escreveu que “as próprias nações são narrativas”. O poder de narrar, ou de proibir outros de o fazer, a apropriação da cultura pelo poder, é muito importante para o estudo da cultura e do imperialismo e constitui uma das maiores ligações entre ambos. Como exemplos marcantes, encontramos a proibição/perseguição da língua e da cultura Basca durante o Franquismo ou das línguas e culturas Timorenses durante a ocupação pela Indonésia, bem como toda a máquina de controlo ideológico, censura e propaganda política atuante em Portugal durante o Estado Novo.

Conclui-se assim que o estudo de uma língua e de uma cultura tem de contextualizar os respetivos documentos e materiais, tanto histórica quanto politicamente. Quando falamos, ouvimos, escrevemos ou lemos acerca de qualquer grupo ou fenómeno social, devemos distinguir claramente entre representações e realidade vivida